

Descentralização:

Na província de Sofala: Partidos Políticos e Sociedade Civil divergem quanto a viabilidade das eleições distritais 2024

Por: Ivan Maússe & Aldemiro Bande*



Perto de 70 pessoas, oriundas de diferentes pontos da Província de Sofala, reunidas no passado dia 25 de Julho, no Hotel Tivoli, na Cidade da Beira, com destaque para membros de partidos políticos e organizações da sociedade civil e associações juvenis estudantis, divergiram quanto à viabilidade das eleições distritais marcadas para Outubro de 2024.

Os posicionamentos contra e a favor da realização das eleições distritais foram apresentados pelos participantes durante o terceiro evento de auscultação pública sobre a viabilidade das referidas eleições, organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em parceria com a Associação Moçambicana Sou Jovem (ASSOJ), baseada na Província de Sofala. Contou, igualmente, com a presença dos membros das assembleias, provincial e autárquica, e representantes dos Órgãos de Representação do Estado na Província destacando-se, para este último caso, o director do Gabinete da Secretaria do Estado, o senhor Eduardo Macário.

- Em caso de dúvidas, contacte: ivan.mausse@cipmoz.org

Na ocasião, o director do Gabinete da Secretaria do Estado na Província de Sofala, em representação de Sua Excia. Secretária do Estado, Stela Zeca, enalteceu a iniciativa do CIP. Apontou o debate como uma oportunidade de aprofundar um dos mais nobres valores da democracia: a liberdade de expressão. Realçou a importância do tema e a sua complexidade, bem como o facto de o CIP estar a envolver diversos actores da sociedade a seu respeito.



- **Eduardo Macário**, director do Gabinete da Secretaria do Estado na Província de Sofala.

Do evento foi possível constatar que, por um lado, os membros das organizações da sociedade civil são, no seu todo, favoráveis à realização das eleições distritais, considerando que se trata de um meio de garantia da participação política das comunidades na resolução dos seus próprios problemas, através da eleição de uma máquina administrativa que melhor conhece as dificuldades do distrito. Por outro lado, os partidos políticos MDM e Frelimo reconhecem a relevância das eleições distritais, entretanto chamam a atenção para o facto de o País, pelo menos para Outubro de 2024, não estar em condições de realizar as tão polémicas eleições.

Este artigo é de seguimento das auscultações que o CIP está a organizar, em quatro províncias do País sobre... e apresenta as principais intervenções captadas no debate público realizado em Sofala¹. As opiniões colhidas no evento constarão de um relatório a ser depositado pelo CIP junto à Assembleia da República (AR), na primeira e quarta comissões: a Comissão de Legalidade, Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos e a Comissão de Administração Pública e Poder Local e junto de outros autores relevantes sobre a matéria.

¹ Cfr. Vídeo do Debate Público em Sofala, realizado no dia 25 de Julho, disponível em: (i) <https://web.facebook.com/reel/1796993457369487>; (ii) <https://fb.watch/m0zNvrrDuD/>, consultado a 26 de Julho de 2023.

Organizações da sociedade civil são a favor das eleições distritais

O ponto de partida dos posicionamentos das organizações da sociedade civil foi dado por Menezes Lino, jovem líder da Associação Moçambicana Sou Jovem, uma organização baseada na Província de Sofala. Ao falar da relevância da figura do administrador distrital, a partir da experiência particular de Sofala, numa perspectiva de nomeação *versus* eleição, apontou que:



- Menezes Lino, presidente da Associação Moçambicana Sou Jovem.

“O actual modelo de indicação do administrador, que é via nomeação por parte do Governo Central, apesar de ser em algum momento vantajoso, se mostra frágil na medida em que o distrito pode ser dirigido por alguém estranho àquele, o qual, a qualquer momento, pode ser levado a cessar funções por motivos que legalmente não precisam de ser públicos, pois não é obrigatório fundamentar o seu afastamento, e no lugar dele subir um outro administrador que não é igualmente bem-vindo no Distrito. Ora, na minha percepção, isto deve ser olhado como um elemento que atrasa o desenvolvimento, uma vez que o plano inicialmente traçado pelo administrador cessante pode deixar de ser executado pela entrada do novo. E além disso, quando entra um novo administrador ao meio do mandato de um, é necessário que o recém-nomeado conheça a casa: recursos humanos e materiais e os postos administrativos, etc., e isto exige algum tempo. No final, é todo um desenvolvimento local que se sacrifica. Com isso, o melhor modelo é que tenhamos um administrador eleito e que detenha alguma autonomia, e daí capaz de buscar financiamento junto de seus parceiros para o desenvolver o distrito”.



- Jaime Dias, representante da Associação Motoqueiros.

“É muito estranho que se diga que não há condições para realizar eleições distritais em Moçambique, em conformidade com o previsto na Constituição. Senão vejamos: durante todos estes anos que o País realiza eleições nunca ouvimos o Governo a dizer que não tem condições para financiar as eleições gerais e autárquicas. E mesmo que haja crise económica, no final, as eleições acabam

mesmo por ser realizadas. Todavia, agora que é hora de envolver os distritos no processo de descentralização no País, estão a vir com o discurso de que não há condições? E sobre este debate, penso que era importante que muitos órgãos de comunicação social estivessem a cobrir, por se tratar de um tema de interesse nacional. As eleições distritais são um tema de todos os moçambicanos, por isso a termos de tomar qualquer posicionamento se são viáveis ou não devemos garantir, quanto possível, a inclusão de todos. E sim, há condições para as eleições distritais. Falta apenas vontade daqueles que têm o poder de decidir, que devem na verdade só devem respeitar o previsto na Constituição acordada.”



- Micaela, activista social para a área do ambiente.

“As eleições distritais devem acontecer, isso porque visa devolver o poder ao povo. Através destas eleições, os distritos passam a ser capazes de usufruir dos recursos que existem a nível do distrito, que por causa do actual modelo não é possível explorar. Logo, o discurso baseado na falta de condições deve cair por terra. Ninguém começa com todas as condições. Vamos sim as eleições e com o andar do tempo as condições poderão ser criadas. Por mim, se fosse possível, ainda este ano, de 2023,

podíamos sim ir as eleições, mas uma vez que a lei diz 2024 então vamos cumprir com a lei realizando essas eleições ao benefício do povo”.



- Artur Alfeu, activista social.

“Estamos desde o ano passado a ouvir a pergunta se o País está preparado para realizar eleições distritais. Ora, isto, a mim, é o que justamente preocupa, pois em nenhum momento a população, sobretudo dos distritos, disse que não está preparada para votar nos administradores e numa assembleia distrital. Se alguém tiver uma resposta sobre isso, eu gostaria de ter uma resposta concisa e simplificada: o que é estar preparado? Quando se educa um filho sempre se começa de bebé. Logo, não podemos pensar que as condições estarão todas elas reunidas ao mesmo tempo. Porém, neste País há distritos com

condições, sendo disso exemplo o distrito de Marromeu, e por isso capaz de ter um administrador que desenhe um plano para o distrito, de forma séria e olhando para as necessidades do distrito”.

Entre os membros das organizações da sociedade civil participantes do evento houve quem apontou que o adiamento destas eleições consubstancia num engano e desrespeito à memória de Afonso Dhlakama, dado que a sua previsão resulta dos consensos firmados entre o falecido líder da Renamo e o Governo de Moçambique. Outros argumentos apontam como inexplicável o discurso da falta de condições financeiras para o adiamento destas eleições, num quadro em que os titulares dos órgãos públicos, a começar pelo Presidente da República, utilizam meios circulantes de custo elevado, movimentam muitos recursos com a escolta desnecessária como se tivessem medo do povo que os elegeu e, nas visitas e inaugurações, por estes feitas, envolvem dispendiosa logística para as contas públicas.

FRELIMO e MDM defendem adiamento das distritais por falta de condições financeiras

No outro extremo, representantes da Frelimo e do MDM, presentes no evento, entendem não haver condições económico-financeiras para a realização das eleições distritais em 2024. Os dois partidos partilham a opinião de que é necessário reunir condições para, posteriormente, realizarem-se as eleições. Para estes partidos realizar eleições distritais é sim fundamental, mas não para 2024. Consideram que o legislador cometeu um pecado em fixar datas para as eleições.



- **José Monteiro**, sentado, com microfone – membro da Assembleia Provincial – MDM.

“Não temos condições para realização de eleições distritais. Temos vários elementos a considerar, desde questões económico-financeiras a questões políticas. Antes de avançarmos é possível ter em conta a condição de económica. Não basta dizer que queremos eleições distritais enquanto não temos condições para tal. E o povo como é que fica? O nosso povo a nível dos distritos ainda não tem noção do que constitui o processo das eleições

distritais. Considerando que a descentralização provincial inda não está totalmente consolidada, como é que ficamos? Precisamos primeiro de nos preparar para as eleições distritais. Se nós nos ativermos aos nossos interesses pessoais, não vamos a nenhum lugar”.



- **Felício Osman** – membro da Assembleia Provincial - Frelimo.

“Seria muito bom que houvesse eleições distritais. Mas, não devemos nos deixar levar pela emoção. Nós estamos a trabalhar na Assembleia Provincial e enfrentamos várias dificuldades de ordem financeira para realização de actividades, imaginem que criemos as assembleias distritais. Estamos em condições? Reparem como tivemos dificuldades para aprimorar a descentralização provincial. Nós queremos avançar para o distrito, mas ainda não concluímos a descentralização provincial. Nem a nível da descentralização da província não temos condições. Vamos esperar que se conclua o processo de descentralização de nível

provincial para depois avançarmos com a de nível distrital. Não temos condições financeiras para a

realização das eleições distritais. Portanto, é preciso compreender que não há condições. Quem está a dizer isso é o Governo central. Queremos avançar com as eleições distritais para depois chamarmos o Governo central de incompetente?”



- **Aurélio Andrade** – membro da Assembleia Provincial de Sofala - Frelimo.

“As eleições distritais são úteis. Mas temos de avaliar para onde é que vamos. É preciso darmos um tempo para que a descentralização de âmbito provincial se enraíze para depois avançarmos para o distrito. Não podemos distribuir a miséria pelas aldeias. Dizer que vamos realizar as eleições significa que não temos noção dos desafios que estamos a viver. A questão não é que quando eleito não é melhor. Os que estão a dizer que não é viável hoje não estão a dizer que não é importante. É necessário falar como

moçambicanos. A situação está deveras complicada. Até hoje não se sabe o que o membro da assembleia provincial tem como ordenado. Por que vamos distribuir a miséria pelas aldeias? A nossa posição é que continuemos a capitalizar a autarcização e que a descentralização provincial fique enraizada para que num futuro breve passemos para as eleições distritais. Estas eleições não trazem encargo pelo processo eleitoral, mas pelos órgãos que serão criados”.

O evento foi organizado no âmbito do Programa Igual, implementado pelo Centro de Capacitação e Aprendizagem da Sociedade Civil (CESC) e financiado pelos Países Baixos. O evento de Sofala acontece depois da auscultação feita em Maputo² e Nampula³, que, como referido, constarão do Relatório a ser depositado pelo CIP na Assembleia da República (AR).

Maputo, 27 de Julho de 2023

² Evento realizado em Maputo, disponível em: <https://youtu.be/8kZgewZsKCw>, consultado a 26 de Julho de 2023.

³ Evento realizado em Nampula, disponível em: <https://fb.watch/m17vEA2nyO/>, consultado a 26 de Julho de 2023.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Financiado por:



Reino dos Países Baixos



Parceiros do CIP:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Ivan Maússe e Aldemiro Bande

Revisão de Pares: Borges Nhamirre & Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique